

O SEGREDO QUE FICOU

Algumas verdades não
morrem, apenas aprendem
a esperar...



Wagner R. Bomfim



O SEGREDO QUE FICOU

Algumas verdades não morrem — apenas aprendem a esperar

Prefácio – Nota de uma mulher que já não respira

Antes que você mergulhe nestas páginas e comece a achar que tudo isso é exagero de uma alma amargurada, deixe-me esclarecer algumas coisas.

Primeiro: sim, eu estou morta. Isso não me torna menos confiável. Pelo contrário. Vivos mentem o tempo todo — para os outros, para si mesmos, para o terapeuta. Mortos não têm mais nada a perder. A vaidade morreu junto com o cabelo. O medo do julgamento se foi com o último suspiro. O que sobra é uma clareza incômoda, dessas que doem nos vivos.

Segundo: você vai ler aqui coisas que me envergonham. Coisas que me envergonharam em vida e que me envergonham agora, mesmo sem ter mais um rosto para corar. Eu comi o namorado da minha irmã. Sim. Foi medíocre, fui babaca, e não tenho desculpa. Mas conto isso não para chocar, e sim para que você entenda uma verdade fundamental: pessoas que guardam segredos grandes geralmente começam com os pequenos. A

traição ao namorado da irmã foi meu treinamento. Meu ensaio para o crime maior.

Terceiro: este livro não é uma biografia. É um depoimento. Uma delação premiada de quem já não pode ser punida. Se você está procurando lição de moral, feche agora. Se quer entretenimento de primeira classe com direito a picância, intriga, poder, doença e redenção tardia, vire a página.

Ah, e se você é o R., espero que esteja lendo isso da cadeia. E que a comida esteja horrível.

Com afeto,

Laura Figueiredo de Alcântara (1974–2022)

Presente.

Aviso ao leitor

Este livro é uma obra de ficção. Todas as personagens, nomes, locais, situações e diálogos são fruto da imaginação do autor. Qualquer semelhança com pessoas reais, vivas ou mortas, com fatos históricos ou com eventos concretos é mera coincidência, ainda que algumas coincidências sejam mais desconfortáveis do que outras. Especialmente para o R.

PRÓLOGO – Onde os mortos falam (e os vivos deveriam ouvir)

Não se assuste com minha voz.

Você não está louco, nem drogado, nem passando por uma “abertura de terceiro olho” — como diria minha irmã Verônica, aquela que coleciona cristais de quartzo e faz limpeza energética com incenso de pau-santo toda lua cheia. Adorável criatura. Tão cheia de luz que nunca percebeu que a própria sombra tinha chifres. Mas quem sou eu para julgar? Eu também tinha sombra. A diferença é que a minha eu alimentava.

O fato é que mortos conversam o tempo inteiro. Só vocês, vivos, é que andam com o celular na mão, fone no ouvido, cabeça em débito técnico, alma em modo avião. Eu mesma, quando ainda tinha um útero e uma conta de luz para pagar, jamais imaginaria que o silêncio da morte fosse tão... *fofoqueiro*.

Aqui do lado de cá, a gente vê tudo. A gente sabe quem traiu quem, quem vai morrer amanhã, quem está fingindo orgasmo. Não temos mais olhos, mas temos uma visão panorâmica da

hipocrisia alheia. É um privilégio. E um tédio, confesso. Por isso resolvi escrever um livro. Mortos precisam de hobbies.

Meu nome era Laura. Laura Figueiredo de Alcântara. Nasci em 15 de maio de 1974, em Niterói, cidade irmã do Rio de Janeiro, separada por uma ponte que todo mundo atravessa com pressa. Desencarnei — palavra feia, mas precisa — no dia 2 de abril de 2022. Um sábado. Sempre odiei sábados porque minha mãe obrigava a família a almoçar junta, com direito a salada de maionese e briga sobre política. A morte, ao menos, teve a delicadeza de me buscar num dia que já me desagradava em vida.

A causa oficial, aquela que minha filha mais velha, Mariana, repete com lágrimas de novela das seis sempre que alguém pergunta, foi um câncer de ovário. Silencioso, sorrateiro, desses que aprendem a esperar. Igual verdades. Igual segredos. Igual certos homens que deviam ter sido denunciados décadas atrás, mas continuam usando terno e tomando uísque em coberturas com vista para o mar.

Mas o câncer não é o segredo.

O segredo é o que veio *antes*. O que eu fiz, o que eu vi, o que eu deixei acontecer enquanto tomava meu café com leite e

reclamava do condomínio. O que enterrei naquela noite de ventania em 2001, dentro de uma caixa de sapatos velha, atrás das roupas de inverno que ninguém usava no Rio de Janeiro. E jurei que levaria para o túmulo.

E levei. Óbvio.

O problema é que túmulos são mal-assombrados por definição. E aqui do outro lado, as coisas desenterram sozinhas. As verdades, principalmente. Elas são que nem barata: você pensa que matou, mas sempre tem uma filhote mais forte esperando na tubulação.

Então pegue um chá. Ou um whisky. Eu tomaria um whisky, se ainda tivesse fígado. Escocês, doze anos, com uma pedra de gelo — a pedra serve mais para o ritual do que para o gosto. E me escute.

Porque eu vou te contar tudo. A história completa. Desde o subsolo fedorento do Arquivo Público até o leito de hospital onde a enfermeira Rosângela cantava “Evidências” enquanto trocava minha fralda. Eu sedada, mas consciente o bastante para sentir a humilhação. A morte não é um poema. É uma mulher de jaleco xadrez com hálito de café e alma de cansaço.

E quando terminar, você vai entender por que algumas verdades não precisam de pressa. Elas sabem que o tempo trabalha *sempre* a nosso favor.

Até dos mortos.

Principalmente dos mortos.

PARTE I – A VIDA ANTES DA SOMBRA

Capítulo 1 – O subsolo e suas promessas

Vou começar pelo meio. O fim é melancólico demais, e eu já gastei minha cota de melancolia na fila do SUS. Melhor começar pelo meio dos anos 1990, quando eu ainda tinha útero, ovários funcionando, uma conta bancária no vermelho e a certeza irritante de que o mundo me devia alguma coisa — só não sabia bem o quê.

Meu nome já disse: Laura. Naquela época, Laura Figueiredo — o “Alcântara” veio depois, com o casamento que só serviu para me dar duas filhas e uma coleção de canecas de cerveja que o ex-marido levou embora na mudança. Mas isso ainda ia acontecer. No início dos anos 90, eu era uma mulher de vinte e poucos anos, solteira por opção (leia-se: nenhum homem prestável apareceu), e empregada num lugar que faria qualquer um duvidar da sanidade divina.

Eu trabalhava no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Não o setor bonito, com visitação guiada e luz de museu, onde ficam os documentos históricos em molduras de vidro. Não. Eu trabalhava no *subsolo*. No depósito de papéis não catalogados, não digitalizados, quase não respiráveis. Processos judiciais

extintos há décadas, certidões de nascimento de gente que já tinha morrido duas vezes, escrituras de terras que ninguém mais reclamava porque os herdeiros também já tinham ido dessa para melhor. Cheiro de mofo, traça, papel de arroz apodrecendo e desespero silencioso acumulado em caixas de papelão cinza.

O subsolo ficava dois andares abaixo do térreo. Não tinha janela, obviamente. Tinha lâmpadas fluorescentes que piscavam num ritmo hipnótico, como se estivessem tentando me mandar uma mensagem em código Morse. O ar-condicionado quebrava toda semana, e quando funcionava, fazia um barulho de trator engasgado. No verão, o calor era tão insuportável que a gente podia fritar um ovo na superfície das caixas. No inverno, o frio úmido subia dos lençóis freáticos e se instalava nos meus ossos.

Eu gostava.

Não estou sendo irônica. Eu realmente gostava.

Papéis não mentem. Pessoas mentem — mentem pra caralho, mentem com a maior naturalidade, mentem até no leito de morte. Mas quando botam a assinatura num documento oficial, registram numa certidão, depositam uma escritura em cartório,

a verdade escapa como gás de cozinha: você não vê, não cheira, mas uma hora explode. E eu, Laura Figueiredo, tinha o privilégio de estar perto da explosão.

Meu trabalho consistia em receber lotes de documentos que tinham completado seu prazo de guarda ativa e agora seguiam para a “guarda permanente” — um eufemismo bonito para “vamos jogar no subsolo e esquecer que existe”. Eu abria as caixas, uma por uma, examinava cada papel, anotava em fichas catalográficas o conteúdo, e organizava nas prateleiras de aço que enferrujavam nas extremidades. Era monótono. Era repetitivo. Era cheio de traças. Mas, de vez em quando, eu encontrava uma pérola.

Uma certidão de casamento onde o noivo tinha 80 anos e a noiva 14 — legal na época, mas ainda assim de embrulhar o estômago. Um testamento em que o falecido deixava toda a herança para a amante e um real para a esposa, com a justificativa “pelo tempo perdido”. Uma procuração com data posterior à morte do outorgante, ou seja, alguém já estava agindo em nome de um defunto. Coisas assim.

Eu anotava. Às vezes, guardava cópias para mim. Não por malícia. Por instinto. O arquivista de subsolo desenvolve um faro canino para o que pode ser útil mais tarde. Naquele

momento, eu não sabia que aquele faro me levaria direto para a boca do lobo. Ou melhor, para a cobertura de um lobo de terno azul-marinho.

O arquivo ficava no centro do Rio, perto da Cinelândia, num prédio antigo que já fora uma cadeia no século XIX. Diziam os funcionários mais velhos que os fantasmas dos presos políticos ainda vagavam pelos corredores à noite. Eu nunca vi fantasma nenhum. O único fantasma que eu conheci apareceu de gravata listrada e cheirando a Hugo Boss.

Foi numa segunda-feira chuvosa. Dessas chuvas de verão que caem de repente, alagam a Rio Branco e deixam todo mundo de mau humor. Eu tinha acabado de voltar do almoço — um sanduíche de queijo coalho comido em pé na cantina do térreo — e estava organizando um lote de inventários de 1978 quando a porteira do subsolo rangeu.

Aliás, preciso explicar: a porteira não era uma pessoa. Era uma cancela de metal enferrujada que separava o arquivo morto do resto do prédio. A gente chamava de porteira porque ela fazia o mesmo barulho do portão da casa da minha avó em Petrópolis. Quando ela rangia, significava que alguém tinha descido as escadas. Alguém que não era eu, nem o Seu Jair da limpeza,

nem o estagiário Eduardo que vinha uma vez por semana para pegar poeira.

O barulho ecoou. Eu levantei os olhos do papel.

Ele desceu os últimos degraus.

Vou descrevê-lo como o vi naquele instante, sem filtro, sem o conhecimento posterior do que ele era capaz. Usava um terno azul-marinho de corte impecável, camisa branca de botões de madrepérola, gravata listrada em tons de vermelho e azul.

Sapatos pretos brilhando como se tivessem sido lambidos por um gato recém-saído do banho. Apesar do calor abafado do subsolo — o ar-condicionado tinha quebrado na sexta —, ele não suava. Ou melhor, suava como qualquer ser humano, mas tinha um jeito de enxugar a testa com um lenço de seda que dobrava em quatro partes e guardava no bolso com a precisão de um relojoeiro. Repetiu o gesto três vezes enquanto descia.

Ele não olhava para as prateleiras, para os papéis amontoados, para os ratos mortos que o Seu Jair teimava em deixar como decoração. Ele olhava diretamente para mim.

— Você é a responsável pelo setor de documentos não catalogados?

A voz era grave, pausada, medida. Não pedia — *determinava*. Homens assim sempre me causaram um misto de nojo e curiosidade. Nojo pela arrogância, pelo modo como ocupavam o espaço como se tivessem comprado o ar que respiravam. Curiosidade para saber o que aconteceria se alguém dissesse “não” para eles. Eu nunca tive coragem de descobrir. Naquele dia, também não teria.

— Sou a Laura. O setor sou eu. O que o senhor precisa?

Ele se aproximou. As solas dos sapatos faziam um som seco no piso de cimento queimado. Parou a exatamente um metro e meio de distância — distância profissional, calculada, não invasiva. Isso me chamou a atenção. Homens arrogantes geralmente invadem seu espaço como se você fosse móvel. Ele não. Ele respeitava o perímetro. Isso o tornava mais perigoso.

— Preciso de uma certidão de inteiro teor. Nascimento. Ano de 1965. Registrado no 3º Ofício de Niterói.

— Sabe o nome do registrado? — perguntei, já levantando do banquinho de madeira onde passava a maior parte do dia.

— Sei. Mas prefiro que não anote.

Ele tirou do bolso interno do paletó um pedaço de papel dobrado. Entregou. Abri. Havia um nome escrito à mão, com uma caligrafia elegante, de quem aprendeu a escrever com pena tinteiro em colégio de freiras. O nome não vou reproduzir aqui, por razões que ficarão claras mais adiante. Digamos apenas que era um nome composto, de família tradicional, daquelas que têm rua e escola com o sobrenome.

— Pode esperar aqui? Vou descer para o depósito secundário.

— Depósito secundário?

— Onde ficam os documentos mais antigos. E mais empoeirados. O senhor vai querer uma máscara?

Ele fez um gesto com a mão, dispensando. Sentei-o na única cadeira de plástico branca disponível — dessas que acumulam água nos canos quando chove. Ele a examinou como se estivesse decidindo se sentava ou se preferia ficar em pé, desafiando a gravidade. Ficou em pé.

Desci para o depósito secundário, que ficava um andar abaixo do subsolo. Sim, o arquivo tinha um subsolo do subsolo. Nós chamávamos carinhosamente de “a cripta”. A cripta era um labirinto de corredores estreitos, iluminados por lâmpadas de emergência que piscavam mais que as do primeiro subsolo. As

caixas aqui não eram de papelão cinza, mas sim de metal enferrujado, algumas com fechaduras que ninguém tinha a chave. O cheiro era de morte. Morte de papel. Morte de tinta. Morte de tempo.

Encontrei a caixa certa na prateleira 47, seção C, corredor 3. Sim, eu decorava tudo. Era meu orgulho doentio. Tirei a certidão — estava intacta, datilografada em papel de segurança com filigrana, o brasão da república ainda visível no canto superior esquerdo. Um menino nascido em 1965. Nada de especial à primeira vista. Pais casados, médico assinando o registro, endereço em bairro nobre de Niterói.

Subi de volta. Dei a certidão a ele.

Ele a examinou por longos segundos, virando o papel contra a luz, como se procurasse uma marca d'água ou um sinal de falsificação. Não encontrou. Dobrou o documento com cuidado, guardou no mesmo bolso interno do paletó, e me olhou nos olhos.

Não como se olha uma atendente. Como se olha *uma ferramenta que pode ser útil*.

— Você é discreta? — perguntou.